

O trabalho remoto como imperativo: possibilidades da prática profissional interdisciplinar na política de educação

Remote work as an imperative: possibilities of interdisciplinary professional practice in education policy

Almira Almeida Cavalcante*
Magdeliny Lima de Albuquerque**
Irisneide Antonino de Lacerda***

Resumo: O presente artigo versa sobre os desafios postos à prática profissional no âmbito da política de educação, face à emergência da pandemia da Covid-19. O objetivo do estudo é pautar as possibilidades de efetivação da prática profissional interdisciplinar do Serviço Social e da Psicologia na educação básica a partir do ensino remoto. Passado mais de um ano de pandemia, a comunidade científica ainda assegura que, na falta de vacina, o isolamento social é a estratégia mais eficaz para evitar a proliferação do vírus. As relações de trabalho foram impactadas com novas formas de atuação, e a atividade laboral foi reinventada nos formatos: remota, *online* ou *home office*. Fundamentados na teoria crítica reflexiva, utilizamos a metodologia da observação participante e pesquisa documental. Os resultados registram as nuances da intervenção no formato virtual: pelo Serviço Social no que tange às condições objetivas do processo, e pela psicologia quanto ao desafio da socialização, ante as especificidades do ensino remoto.

Palavras-chave: Covid-19. Serviço Social. Psicologia.

Abstract: This paper deals with the challenges posed to professional practice in the context of education policy, given the emergence of the Covid-19

*Doutoranda em Estudos Urbanos e Regionais – Gestão de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre e graduada em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Especialista em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-PT. Assistente Social da Rede Municipal de Educação Básica de João Pessoa/PB. Email: almiracavalcante@hotmail.com

** Especialista em Psicologia da Infância e da Adolescência pelo Centro Universitário FACISA. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Ensino Superior da Paraíba – UNIPE. Psicóloga da Rede Municipal de Educação Básica de João Pessoa/PB. Email: magdeliny@gmail.com

*** Mestre e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Assistente Social da Rede Municipal de Educação Básica de João Pessoa/PB. Assistente Social do Centro Especializado em Reabilitação para Pessoa com Deficiência – SER/FUNAD – João Pessoa/PB. Email: iris_ant_lac@yahoo.com.br.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

pandemic. The aim of the study is to guide the possibilities of implementing the interdisciplinary professional practice of Social Work and Psychology in basic education from remote education. After more than a year of the pandemic, the scientific community still asserts that, in the absence of a vaccine, social isolation is the most effective strategy to prevent the spread of the virus. Labor relations were impacted by new ways of acting, and labor activity was reinvented in formats: remote, online or home office. Based on reflective critical theory, we use the methodology of participant observation and documentary research. The results register the nuances of the intervention in the virtual format: by Social Work regarding the objective conditions of the process, and by Psychology regarding the challenge of socialization, given the specificities of remote education.

Keywords: Covid-19. Social Work. Psychology.

Recebido em 20/06/2021. Aceito em: 21/03/2022.

Introdução

A pandemia da Covid-19 causada pelo novo coronavírus, SARS-Cov-2, que surgiu em março de 2020, provocou mudanças rigorosas nas formas de interação social, tendo em vista a necessidade de isolamento social como estratégia eficaz de evitar a propagação da doença. Desse modo, no âmbito da escola foi necessário mudar também os hábitos, costumes e metodologias pedagógicas, ocasionando uma corrida inimaginável das instituições de ensino para adotar um modelo que atendessem aos protocolos de distanciamento e isolamento social determinados pela Organização Mundial de Saúde (OMS/2020).

Assim, no Brasil, as aulas presenciais foram suspensas e orientou-se a efetivação do ensino remoto emergencial, que, segundo Behar (2020), é uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico dos educadores e estudantes, sendo adotada de forma temporária nos diversos níveis de ensino.

Essa transformação inédita na educação brasileira acarretou mudanças na vida diária de toda população escolar, ficando evidenciadas não só as desigualdades sociais, mas também as dificuldades relacionadas ao suporte pedagógico para os profissionais da educação (professores, supervisores, assistentes sociais, psicólogos, orientadores, entre outros), especialmente das escolas públicas. A mudança no formato da sala de aula, saindo do presencial para o remoto ou *online*, foi bastante impactante para todos os atores envolvidos no processo educacional.

A modalidade do ensino remoto tem desafiado as competências e habilidades dos profissionais da educação. Subitamente, os materiais didáticos foram adaptados à realidade virtual. Quanto ao espaço, a partir de então, extraclasse, dá-se em algum cômodo da casa transformado em sala de aula. De forma virtual, os estudantes e familiares entraram nas residências dos educadores e, do mesmo modo, a escola adentrou as residências dos estudantes, e parece não haver diferenciação entre vida pessoal e profissional ou estudantil.

Nesse contexto, foi inevitável a adoção de tecnologias digitais educacionais, inicialmente sem a realização de um planejamento pedagógico completo, o conteúdo anteriormente direcionado à sala de aula presencial foi adaptado para o ambiente *online*, ou seja, um planejamento feito para o presencial, compulsoriamente passou a ser executado de forma virtual. Outrossim, a adaptação e a busca pelo domínio dos recursos tecnológicos também se tornaram obrigatórias, deixando claro que não basta ter o aparato tecnológico, é preciso saber usá-lo. Ademais, constatar se os recursos são acessíveis aos estudantes e atendem, a contento, as necessidades pedagógicas, rompem como questões secundárias. O concreto na atividade laboral em função das circunstâncias da pandemia é o trabalho remoto como imperativo.

O objetivo deste estudo é pautar essa nova realidade no fazer profissional dos educadores. A nossa proposta é refletir sobre os desafios, limites e possibilidades na intervenção do Serviço Social e da Psicologia. Buscamos desvelar as percepções quanto às mudanças trazidas pelo contexto pandêmico no trabalho interdisciplinar de duas assistentes sociais e uma psicóloga que atuam em escolas do ensino fundamental I e II da rede de ensino do município de João Pessoa na Paraíba.

Por se tratar de um relato de experiência, a metodologia utilizada para elaboração dos apontamentos apresentados no estudo, a partir de uma abordagem qualitativa, foi a observação participante. Essa metodologia permite ao pesquisador observador participar dos eventos estudados (YIN, 2001). Desse modo, as considerações do estudo resultam da reflexão acerca de eventos *in loco*, ou seja, coletados no ambiente de trabalho das profissionais, abordando situações que provocaram inquietudes quanto aos impactos da prática profissional e dos processos de trabalho de forma remota, a partir de uma perspectiva crítica de leitura da realidade, da ação e reflexão sobre o trabalho (FREIRE, 1997). Utilizamos também a técnica de pesquisa documental e bibliográfica.

Os resultados revelam que, mesmo diante dos desafios apresentados pela nova realidade, foi possível garantir o direito subjetivo e inerente ao pleno desenvolvimento da pessoa, a saber, o direito à educação. Através de um trabalho pautado na organização, na observação das realidades e no replanejamento das ações, a escola não se eximiu de viabilizar aos estudantes a continuidade das suas atividades. Por parte do corpo docente, houve uma reorganização nas formas de abordar o conteúdo. Por parte das profissionais relatoras dessa experiência, houve um processo de ressignificação das atividades desenvolvidas, a intervenção centrou o olhar nas iniquidades recorrentes ao cotidiano, no momento, agravadas pela pandemia, com o intuito de mitigar os prejuízos ao desenvolvimento dos estudantes em variadas dimensões (psicológica, social, cultural, etc.).

Na primeira parte do artigo situamos a discussão sobre os conceitos de trabalho remoto, *home office* e *online* e os efeitos de sua abrupta inserção na política de educação, demandando inevitavelmente a adaptação das profissionais. Na sequência apontamos o caminho metodológico utilizado e apresentamos mais duas seções: na primeira discutimos os achados da investigação frente as possibilidades da intervenção *online*, ou seja, o processo de trabalho dos assistentes sociais e psicólogos que remete à discussão em tela, e na segunda sistematizamos a experiência vivenciada e as percepções das profissionais acerca do desvelamento da intervenção interdisciplinar no contexto do trabalho não presencial, em seguida trazemos as considerações conclusivas.

De repente, não presencial, remoto, *home office*, *online*: afinal que trabalho é esse?

A urgência da implementação do ensino remoto, *home office* ou *online* exigiu que os profissionais da educação se adaptassem rapidamente à nova realidade. De repente, a gravação de vídeos, a utilização de plataformas *online*, o manejo junto aos estudantes nas aulas síncronas (com interação virtual) ou assíncronas (envio do conteúdo das aulas) foram alguns dos muitos desafios enfrentados pelas novas modalidades de ensino¹.

Tratando-se de um marco legal, a implementação do ensino remoto em razão da emergência da pandemia tem início com a publicação dos seguintes documentos: portaria do Ministério da Saúde nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 5/2020, e portarias nº 343 e 345 de março de 2020, visando assegurar o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a Constituição Federal de 1988 e demais portarias e decretos dos estados e municípios com relação à manutenção do acesso à educação e a qualidade do ensino².

Como ponto de partida para um melhor entendimento das repentinas mudanças na atividade laboral, consideramos pertinente conceituar brevemente as novas modalidades de trabalho: remoto, *home office* ou *online*. O trabalho remoto ou *home office*, de acordo com a legislação brasileira, no Artigo 6º da Lei 12.551/2011: “Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego”. Desse modo, o *home office* e o trabalho *online* são tipos de trabalho remoto, assim como o teletrabalho.

O trabalho *online* pode ser conceituado ainda como “disponível para ser acessado por meio de um computador ou a partir de qualquer outro dispositivo com acesso à internet” (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2021). Portanto trabalhar *online* significa realizar atividades com o uso de um computador ou outro dispositivo por meio de uma plataforma que possibilite a interação entre pares ou grupos.

O trabalho remoto ainda pode ser definido como:

trabalho realizado à distância e por meio do uso das novas tecnologias de comunicação. Ou seja, o trabalho remoto pode ser exercido no interior de um escritório desde que contemple a condição de estar mediado por meios eletrônicos e, distante do gestor (NOGUEIRA E PATINI, 2012, p.125).

¹ Aulas síncronas consistem na realização de atividades *online*, na qual há interação entre os participantes em tempo real. Aulas assíncronas se referem ao envio de conteúdos e atividades *online* na qual não há interação entre os participantes. Este tipo de aula é mais flexível, permitindo ao estudante administrar suas condições, acesso aos meios tecnológicos e o tempo de estudo.

² Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020: Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Parecer nº 5/2020 do Conselho Nacional de Educação: trata da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19. Portarias nº 343 e 345 do Ministério da Educação: autoriza em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Entretanto, no trabalho remoto no âmbito da educação é imprescindível que predominem os momentos de interação entre os atores envolvidos na atividade, educadores e estudantes com o objetivo de facilitar a aprendizagem.

O uso da internet, bem como de tecnologias de informação e comunicação (TIC) na educação, não é novidade na realidade dos profissionais desde a última década, sendo consenso que as TICs se constituem como ferramenta válida no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, para obtenção de resultados positivos faz-se necessário um longo processo de apropriação para utilização de tais técnicas (LEITE e RIBEIRO, 2012). Registramos aqui o primeiro grande desafio de uma parcela significativa dos profissionais da educação, a habilidade quanto ao uso das TICs.

Cabe indagar aqui: o que muda sobre o uso das TICs no cenário da pandemia? Em primeiro lugar, ressaltamos que o uso dessas tecnologias não mais se constitui apenas como uma ferramenta de trabalho, mas sim como uma alternativa imprescindível de continuidade da atividade laboral. Posteriormente, evidenciamos as implicações emergentes dos processos de trabalho *online* das profissionais do Serviço Social e da Psicologia no âmbito da educação básica.

O ensino remoto no município de João Pessoa foi regulamentado pela Resolução 001/2020³, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais como medida de prevenção e combate ao contágio do coronavírus (Covid-19). A proposta era seguir o calendário definido pelas escolas, realizando as mudanças necessárias para atender a nova realidade e as necessidades de aprendizado do corpo discente.

A medida preconizada na referida resolução exigiu dos educadores a ministração de aulas e atividades remotas através da criação de salas de aulas virtuais com o uso de aplicativos (*WhatsApp*), gravação de vídeos, áudios, registro semanal das ações e aulas no *google drive*, e plataformas de interação virtual como *google meet*, *google classroom*, *zoom*, dentre outras, pressupondo que os profissionais da educação encontravam-se munidos dos devidos equipamentos e acesso à Rede Internacional de Computadores (internet). Quanto aos estudantes, exigiu-se, do mesmo modo, a capacidade de utilizar os equipamentos e a posse de recursos (computador, *tablet*, *smartphone* e acesso à internet) que possibilitassem a inserção nas aulas.

Como estratégia de inclusão dos estudantes, a Secretaria de Educação divulgou no início do ano letivo que seria criada uma conta na plataforma *Google for Education* específica da rede municipal para viabilizar as aulas remotas, mas até a elaboração deste relato esse meio de interação não foi implantado, ficando na responsabilização de cada escola a opção das plataformas e aplicativos para garantir o processo pedagógico, considerando o perfil das condições de acesso aos meios digitais e manejo das ferramentas pela comunidade escolar. Situação que dificulta um direcionamento unificado de sistematização das práticas educativas e coloca as unidades escolares em níveis diferentes de estruturação e adaptações dos meios para a atividades não presenciais.

Para os educadores e estudantes desprovidos dos recursos que viabilizam o ensino remoto, a resolução aponta como alternativa a produção de material impresso a ser distribuído na unidade de ensino, devendo ser retirado pelo estudante ou responsável. Vale destacar os prejuízos destes quanto à impossibilidade de participação nas discussões do conteúdo e interação social realizada com aqueles que conseguem acessar o formato de ensino remoto.

³ Art. 1º - Fica instituído, excepcionalmente, o regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares não presenciais, com exceção para a Educação Infantil, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa - PB em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo novo Coronavírus - Covid-19 e outras providências.

Caminho metodológico

Inicialmente cabe contextualizar a intervenção interdisciplinar na rede pública de ensino do município de João Pessoa. Possui 98 escolas que oferecem Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos. As unidades de ensino possuem equipe multiprofissional denominada pela Secretaria de Educação de equipe de especialistas⁴, composta por profissionais de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia (supervisão escolar e orientação escolar). As profissionais participantes da discussão ora apresentada atuam em três unidades de ensino distintas, sendo que uma unidade oferta o ensino fundamental I e II e as demais ofertam educação infantil e ensino fundamental I na modalidade de educação em tempo integral⁵.

A primeira escola referida atende em média a 1.143 estudantes e funciona nos três turnos. A equipe multiprofissional é composta por duas assistentes sociais duas psicólogas e um supervisor. A segunda escola atende em média a 360 estudantes, funciona em dois turnos (manhã e tarde) e tem uma equipe formada por duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma supervisora e uma orientadora. A terceira escola atende aproximadamente a 632 estudantes, funciona em dois turnos (manhã e tarde) e a equipe multiprofissional é composta por dois assistentes sociais, duas psicólogas e duas supervisoras.

A observação dos fenômenos discutidos nesse estudo ocorreu no período de março de 2020 a abril de 2021. O registro das análises deu-se concomitantemente à realização das ações. O impacto das novas intervenções instigou às profissionais a uma ação investigativa do processo. Portanto, as reuniões de planejamento, os encontros com os pais e responsáveis, as aulas e demais ações realizadas no cotidiano escolar, tornaram-se campos fecundos para a investigação.

As reflexões expostas no texto e os registros sistematizados nos quadros 1 e 2 tem como fontes os cadernos de registro de ocorrências das equipes de especialistas, os planos de trabalho, as atas de reuniões, os projetos individuais de professores e demais profissionais, disponíveis para consulta nas escolas. Além da pesquisa bibliográfica e documental a partir da leitura de artigos e consulta de documentos oficiais e legislação específica (leis e resoluções).

Serviço Social e Psicologia: possibilidades de intervenção online

Após contextualizarmos as mudanças ocorridas no processo de trabalho que trouxeram inquietações livrando-nos a buscar percursos metodológicos que atendessem à análise da realidade como objeto de pesquisa, compartilhamos nesta sessão as nuances do cotidiano escolar na modalidade de ensino remoto.

Não obstante ao trabalho presencial, a atuação da equipe de especialistas no remoto tem como objetivo central viabilizar a permanência dos estudantes na escola – ou no ambiente virtual de aprendizagem – na condição, sobretudo, de sujeitos de direitos. Nesse sentido, assim como acontecem as aulas síncronas e assíncronas, e envio de tarefas (através de fotos, vídeos ou áudios), as especialistas dão continuidade às ações no ambiente virtual. A intervenção das profissionais participantes deste estudo parte de uma perspectiva interdisciplinar, compreendendo que:

⁴O termo equipe de especialistas e não equipe pedagógica (como comumente é usado para equipes interdisciplinares nas escolas), aplicado pela Secretaria de Educação, contempla todas as profissões que compõem a equipe (Serviço, Social, Psicologia e Pedagogia).

⁵De acordo com o decreto nº 6.253/2007 a jornada escolar para educação integral compreende um período de atividades superior a 7 horas diárias. As atividades podem ser realizadas na escola ou em outras instituições que ofereçam condições adequadas, e acontecem no contraturno do currículo regular.

As disciplinas isoladamente não dão conta de produzir as respostas necessárias a um mundo que é composto de uma multiplicidade de fatores que não são mutuamente excludentes e sim explicados uns em relação aos outros. O mundo não é feito de coisas isoladas, existe uma complementariedade de dimensões. A compreensão desse mundo exige uma visão da realidade que transcenda os limites disciplinares (FEUERWERKER e SENA, 1999, p. 1).

Partilhamos do entendimento das autoras citadas acerca do conceito de interdisciplinaridade nas suas dimensões educativa e política, em termos de haver complementariedade entre as ações das disciplinas Serviço Social e Psicologia, buscando responder às demandas que emergem no âmbito escolar. Dito de outra forma, exercer o trabalho remoto a partir de uma abordagem interdisciplinar tem exigido das profissionais o esforço de não se apartar da educação dialógica, como afirma Freire (1997, p. 115):

somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e esta não há verdadeira educação. A que, operando a situação da contradição educador-educandos, se instaura como situação gnosiológica, em que os sujeitos incidem seu ato cognoscente sobre o objeto cognoscível que os mediatiza.

Nesse sentido, o contexto pandêmico suscitou a necessidade de realizar outras ações além das atividades rotineiras, dentre as quais destacamos: planejamento, encontro com as famílias, discussões de temas transversais trabalhados com educadores e estudantes, escuta e acompanhamento dos estudantes e famílias, busca ativa dos estudantes em situação de infrequência, atualmente realizada através de chamadas telefônicas ou mensagens via *WhatsApp*, etc. Foram realizadas também atividades voltadas para adaptação às mudanças.

Praticamente todos os contatos da equipe escolar com os estudantes e suas famílias foram realizados através de ligações telefônicas, chamadas de vídeo, conversas pelo *WhatsApp*, e, esporadicamente, por uma necessidade mais específica, contato presencial para orientação, seguindo os protocolos de segurança.

A resolução nº 001/2020 do Conselho Municipal de Educação de João Pessoa (CME) recomenda:

Art. 3º - Para atender às demandas de prevenção à disseminação do vírus, os especialistas e gestores da rede municipal terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de aulas não presenciais: I - planejar e acompanhar com os professores, ações pedagógicas que serão desenvolvidas de maneira remota, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares; II - orientar na elaboração de material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidades de execução e compartilhamento; III- zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas. IV- acompanhar as avaliações dos conteúdos ministrados durante o regime especial de aulas não presenciais, para serem aplicadas na ocasião do retorno às aulas presenciais; V - disponibilizar no retorno das aulas presenciais, o material das atividades propostas para os estudantes que não puderam ter acesso durante o período da pandemia.

No quadro que segue, apresentamos uma síntese das atividades realizadas, como também dos objetivos propostos, para além das recomendações da resolução. Tais objetivos nem

sempre foram atingidos em virtude das condições objetivas, tanto das profissionais quanto dos estudantes. Tais impedimentos justificam as inquietudes relatadas, ao tempo que requisitam ao fazer profissional uma intervenção crítica reflexiva, por conseguinte, atenta às mediações que perpassam o cotidiano escolar.

Quadro 1- Resumo das atividades realizadas pela equipe de especialistas (2020/2021)

Atividade	Objetivo
Reuniões semanais com professores gestores.	Elaboração de estratégias visando dar continuidade ao processo educativo para o maior número de estudantes possível.
Oficinas para apropriar-se do uso das ferramentas digitais.	Adequação às novas exigências demandadas pelo momento de pandemia. Facilitar o acesso às aulas e permanência dos estudantes nas aulas remotas.
Orientação aos familiares, explicando de forma clara e objetiva as mudanças no processo educacional.	Ampliar o acesso e a compreensão por parte dos estudantes e familiares quanto à indispensabilidade do funcionamento das novas ferramentas digitais para continuidade do processo de ensino e aprendizagem.
Suporte aos professores sobre os conteúdos e conceitos trabalhados durante as aulas não presenciais.	Replanejar com os professores as ações de forma que os conteúdos alcançassem os estudantes de forma dinâmica, lúdica e motivadora.
Diálogos sobre os impactos da pandemia na comunidade escolar com ênfase nas emoções.	Sensibilizar os estudantes e contribuir para o desenvolvimento de atitudes voltadas para o autocuidado, abordando questões psicológicas, sociais e físicas na perspectiva de potencializar sua organização no estudo remoto.
Diálogos com os estudantes sobre o tema da violência doméstica.	Reduzir o alto índice de episódios de violência doméstica em decorrência da alteração da convivência familiar.
Orientação quanto aos cuidados com uso do celular, internet, mídias e redes sociais no contexto atual e para a vida.	Prevenir o uso excessivo da internet, e o acesso a alguns conteúdos inadequados, violentos e de riscos à saúde. Ressignificar a rede social como espaço de promoção de informações, divulgação de conteúdos e habilidades formativas de forma criativa.
Reuniões com a comunidade escolar (professores, gestores e demais profissionais), abordando as realidades e dificuldades enfrentadas pelas famílias.	Criar possibilidades para facilitar o acesso dos estudantes às aulas, ressaltando a importância da sua participação e interação.
Atendimentos individuais de forma remota a partir das demandas apresentadas pelas famílias acerca dos serviços prestados pela escola e esclarecimentos de dúvidas sobre as atividades não presenciais.	Dar resolutividade às questões apresentadas no cotidiano escolar sobre as novas formas de inclusão e interação nas atividades não presenciais.
Atendimento pela psicologia referente aos aspectos psicossociais, bem como questões sobre a pandemia de forma individual e coletiva, para melhor compreensão das ações realizadas no período remoto.	Entender a realidade psicossocial na qual os estudantes estão inseridos, realizando intervenções psicológicas educacionais.

continua

conclusão

Atividade	Objetivo
Reuniões com a família.	Analisar o contexto atual e suas consequências na vida dos estudantes no âmbito escolar e no âmbito familiar.
Diálogos virtuais com os estudantes.	Elevar os níveis de participação e interação dos estudantes com professores e colegas de turma. Valorizar e potencializar as aulas dos diversos componentes curriculares.
Textos informativos sobre prevenção à discriminação, esclarecimento sobre direitos e legislação referente às iniciativas governamentais para atendimento à população em virtude da pandemia.	Discutir temáticas transversais que abordem os direitos das crianças e adolescentes, saúde mental, prevenção e cuidados na pandemia. Informar sobre os serviços ofertados por outras políticas (Assistência Social, Saúde, etc.).
Suporte à professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores da sala regular, viabilizando o acesso e a inclusão do estudante com deficiência.	Promover a inclusão dos estudantes com deficiência através de atividades adaptadas e interação com a turma, considerando as potencialidades e limitações de cada aluno.
Participação nos planejamentos com o intuito de dar suporte aos professores no que tange ao processo de ensino, e minimizar dificuldades de aprendizagem.	Realizar intervenções interdisciplinares visando a efetivação de uma aprendizagem de qualidade, considerando as especificidades e limitações de cada estudante.
Flexibilização dos horários de trabalho para atender os estudantes no sistema de plantão de dúvidas através de chamadas de vídeo (atendimento síncrono).	Facilitar o processo educativo dos estudantes que apresentam algum impedimento para participação nas aulas (por exemplo, falta de equipamentos ou uso compartilhado com os pais e irmãos).

Fonte: registro das autoras, 2020/2021.

Com a continuidade do isolamento social e, conseqüentemente, do trabalho remoto, tornou-se possível o planejamento das ações, a partir de então voltadas à adaptação e inserção dos estudantes nas atividades. Entretanto, a situação socioeconômica⁶ dos estudantes se constituiu como um dos maiores desafios para a continuidade e sucesso do trabalho remoto. Em consonância com o quadro nacional, um número significativo de famílias não dispõe dos meios tecnológicos (equipamentos e acesso à internet) para acompanhar as atividades. Sobre essa questão, informações do IBGE (2021) apontam que em 2019 somente 64,8% dos estudantes de escolas públicas possuíam um aparelho celular para uso pessoal e nem todos tinham acesso à internet (IBGE, 2021).

Ademais, muitos pais informaram que não possuem conhecimento sobre o conteúdo para auxiliar os estudantes em casa, realidade que contraria as orientações do Parecer nº 5/2020 do Conselho Nacional de Educação, que remete aos pais ou responsáveis a orientação dos estudantes nas atividades remotas.

Na prática, as dificuldades de estrutura, intelectual ou de formação relatadas pelas famílias rebateram no trabalho das profissionais em termos de: manutenção de contato com os estudantes

⁶Dados do IBGE apontam que a evasão e o atraso escolar têm relação direta com a condição socioeconômica, atingindo a população mais pobre em até oito vezes mais que o estrato mais rico. Essas interrupções na trajetória escolar ocorrem mais frequentemente entre jovens de 15 a 17 anos e que estão, sobretudo, no Ensino Médio (IBGE, 2019), acarretando a distorção idade-série (alunos que possuem idade superior à idade recomendada para a série frequentada).

e responsáveis que não tinham um telefone ou *smartphone* para a realização de chamadas e envio de mensagens, ou não possuíam acesso à internet, provocando a falta de interação, sobretudo com relação aos estudantes com necessidades educacionais especiais (pessoa com deficiência); limitação na realização das atividades *online* (intervenção das profissionais diretamente na sala de aula), devido à divisão da carga horária da aula com o professor, de modo que o trabalho não se tornasse exaustivo para os estudantes; impedimento da visita domiciliar para um aprofundamento das informações quanto à vivência familiar e comunitária dos estudantes, etc. Esses aspectos se apresentam como principais desafios vivenciados no processo de educação remota.

Outrossim, a situação socioeconômica dos estudantes (pobres e extremamente pobres)⁷ não se justifica pela emergência da pandemia, na verdade, a pandemia provocou a ampliação das dimensões de vulnerabilidade da população atendida na escola. Acerca do conceito de vulnerabilidade, Carmo e Guizardi assinalam:

Vulnerabilidade e capacidade estão inseridas em um igual processo de luta por superação, ou seja, na vulnerabilidade reside o germe para o seu próprio enfrentamento. Dessa forma, será exigida do Estado, por meio dos serviços públicos, maior aproximação possível com o cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos e vulnerabilidades se constituem (CARMO e GUIZARDI, 2018, p.9).

Diante da concepção das autoras citadas, cabe ratificar que a população atendida pelas unidades de ensino analisadas é formada por crianças e adolescentes, sujeitos cujos direitos foram historicamente negligenciados. São advindos de famílias de baixa renda, inseridas em comunidades com alto índice de vulnerabilidade social em que a maioria dos responsáveis possuem baixo grau de escolaridade. Para Guzzo et al. (2021), a pandemia e o ensino remoto emergencial não afetaram a todos da mesma forma, os sujeitos foram sendo atravessados por outras condições de crises como a situação de pobreza, o aumento da fome, e a desigualdade social e digital, que pressionaram por uma mudança social, sendo a educação um dos caminhos para essa mudança.

Nesse sentido, o papel da escola se amplia para além da formação curricular, visto que há uma necessidade de formação para o enfrentamento e superação da condição vulnerável da população. Para tanto, a interação com o cotidiano é fundamental neste momento intensamente prejudicado pela necessidade de distanciamento social.

Possibilidades da intervenção interdisciplinar: o fazer profissional do serviço social e da psicologia

O processo de fazer educação de forma remota exigiu da comunidade escolar e das famílias um caminho de adaptação e superação em diversas situações. Portanto, o contexto pandêmico trouxe um reordenamento do fazer profissional, no sentido de adaptá-lo à realidade remota, sem perder o objetivo central que é contribuir com o processo de ensino e aprendizagem, com o desenvolvimento humano e com as relações interpessoais no contexto escolar, viabilizando a partir do nosso processo de trabalho a permanência dos estudantes no sistema de ensino, compreendendo

⁷Dados do Relatório de Informações Sociais do Ministério da Cidadania, registra em abril de 2021, no município de João Pessoa 107.543 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, dentre as quais: 67.140 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00; 7.154 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 17.245 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo (famílias em situação de pobreza e extrema pobreza).

o acesso à educação enquanto um direito universal contemplado no Artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos e ratificado na Constituição Federal de 1988⁸.

Na concepção da psicologia escolar pautada na vivência do indivíduo diante dessa nova realidade, como afirma Guzzo et al. (2021), apesar de todos estarem sofrendo drásticas mudanças devido à crise sanitária, econômica e política no Brasil, avaliar um entendimento completo de como isso afeta o sujeito só será possível se conhecermos o contexto no qual ele está inserido e como ele se relaciona com este.

Ante a realidade que se impôs, as ações desenvolvidas pela psicologia escolar voltaram-se para a questão familiar e socioemocional, manutenção do vínculo escolar, e apoio para a efetivação das atividades propostas aos estudantes. A psicologia buscou atender as necessidades individuais das famílias referentes aos aspectos psicossociais, bem como procurou trabalhar questões necessárias e imprescindíveis na pandemia de forma coletiva, nos grupos. Não é possível ao psicólogo escolar ficar à parte do processo de construção do fazer educação, portanto, ações cuidadosas e desenvolvidas com base no que foi experienciado podem favorecer a vivência de afetos, aproximação das relações, possibilidade de reflexão do momento presente, e partilha dos saberes, potencializando ações educativas para o desenvolvimento e aprendizagem dos discentes, mesmo no ensino remoto.

Outrossim, para o Serviço Social, apreender as iniquidades do cotidiano permite intervir na perspectiva da totalidade desvelando as mediações que perpassam o fenômeno (demanda) em evidência. Para tanto é necessário apreender a realidade, conhecer as diferentes dimensões que permeiam o âmbito escolar (FREIRE, 1996).

Nesse sentido, o fazer profissional do Serviço Social, em consonância com a compreensão de interdisciplinaridade como processo metodológico de apreensão do conhecimento construído de forma indissociável do seu contexto, da sua realidade e da sua cultura (FREIRE, 1993), teve como propósito dar continuidade a uma intervenção pautada na realidade sociocultural na qual os estudantes estão inseridos, contribuindo para uma educação pública, laica, gratuita, ainda que não presencial, de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de sociabilidade humanizadoras (Subsídios para a Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Educação, 2012), observando, avaliando, mediando e possibilitando estratégias que favoreçam o direito à educação, a permanência na escola, também por meio do trabalho remoto.

O profissional do serviço social deve apreender o contexto conjuntural e suas implicações na realidade local. Nesse sentido, a grave crise sanitária em curso, acentuada pelo confronto entre as orientações das autoridades em saúde e as medidas deliberadas pelo governo federal, no comando do Presidente Jair Bolsonaro, que desconsideraram a gravidade da doença atestada em pesquisas científicas, colocando a economia como epicentro dos interesses e desprezando as medidas de urgência em âmbito nacional, tem repercutido diretamente no agravamento das desigualdades sociais vivenciadas pelas famílias.

Como apontam *Degenszajn, Paz e Wanderley* (2021), no contexto atual o intenso processo de desigualdades expressas pelos altos índices de desemprego, subemprego, precarização, falta ou ineficiência de alimentação, medicamentos, moradia, abastecimento de água e de saneamento básico, atingem os mais pobres, em especial, negros, mulheres, idosos e crianças, que têm sofrido com a propagação do vírus e com a ausência de políticas de proteção social efetiva e regressão

⁸ Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta, baseada no mérito (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

de direitos. Realidade em que se observa o crescimento da fome, dos despejos e das situações de privações de necessidades básicas que são vivenciadas por parte significativa das famílias.

E a partir dessa realidade ressaltamos a educação, ainda que permeada pela insuficiência de condições objetivas na reprodução social, como uma dimensão essencial da vida, tanto no que se refere aos valores perpassados culturalmente, quanto ao ensino formal com direcionamento pedagógico, saberes indissociáveis e complementares para a plena formação e desenvolvimento dos cidadãos.

Com base nos pressupostos inerentes às profissões em tela, apresentamos no quadro abaixo uma descrição das possíveis ações realizadas de forma interdisciplinar entre a Psicologia e o Serviço Social, e sinalizamos os limites e desafios vivenciados na prática profissional em tempos de pandemia:

Quadro 2 – Possibilidades, limite e desafios da prática profissional interdisciplinar

Ação	Limite	Desafio
Atendimento aos estudantes.	Indisponibilidade total ou parcial de recursos tecnológicos (áudio e vídeo).	Alcançar todos ou a maioria dos estudantes.
Conhecimento da convivência familiar e comunitária dos estudantes.	Impossibilidade de realizar visita domiciliar.	Propor resolutividade à demanda com controle limitado de informações.
Encaminhamento para serviços de outras políticas.	Interrupção do atendimento de serviços da rede, conforme período de quarentena determinado por lei.	Alcançar a compreensão das famílias quanto à necessidade de interrupção dos serviços.
Busca ativa dos estudantes que não estão participando ou estão com baixo índice de frequência nas aulas remotas.	Indisponibilidade de recursos tecnológicos (telefone) para contactar os responsáveis.	Construir estratégias junto à rede de serviços (socioassistencial e intersetorial) para localizar as famílias, tendo em voga a situação de isolamento social.
Informações sobre os serviços e benefícios referentes a outras políticas (assistência social, saúde, educação, segurança alimentar, emprego e renda), encaminhamentos e repasse dos contatos institucionais.	Restrição dos serviços em virtude do corte orçamentário de alguns, e atendimento interrompido pela pandemia.	Atender as requisições apresentadas dentro das condições postas, e socializar informações com base em dados oficiais.

Fonte: registro das autoras, 2020/2021.

Considerações conclusivas, porém, não imperativas

Os apontamentos antepostos relatam as intercorrências trazidas pelo fenômeno da pandemia da Covid-19 no âmbito da política de educação com recorte para intervenção interdisciplinar do Serviço Social e da Psicologia nas ações realizadas no período de aproximadamente um ano (ano letivo de 2020 e primeiro bimestre de 2021). A metodologia utilizada permitiu ao pesquisador um contato profundo com o objeto pesquisado, portanto, as considerações aqui postas partem do olhar de dentro dos muros da escola.

A primeira inferência que o estudo permite apontar é que a pandemia exigiu significativas mudanças nas variadas esferas da prática educacional, desde a interação humana até a apropriação de ferramentas de trabalho. A partir da mudança da modalidade de ensino, de presencial para remoto/*online*, as relações humanas e de trabalho iniciaram um processo inesperado de adaptação ao uso de tecnologias e recursos que possibilitassem a continuidade das atividades educacionais como um todo.

As exigências dos órgãos de planejamento e administração da política de educação, por meio de portarias e decretos, levaram em conta a indispensabilidade da continuidade das atividades. A prescrição foi clara e imperativa, ainda que não apontasse as condições objetivas para concretização das orientações, deixando para os atores responsáveis pela execução o desafio de fazer a escola subsistir em meio às angústias e incertezas emergidas no cenário pandêmico. Essa situação gerou uma sobrecarga enorme para os profissionais da educação, que precisaram buscar outras formas de ensinar e atuar, com enorme produção de aulas *online*, bem como precisaram dominar novas metodologias de ensino, plataformas, aplicativos e equipamentos tecnológicos, sem o devido conhecimento, além da falta de recursos de informática em algumas unidades escolares.

Dentre as adversidades trazidas pela pandemia, as dificuldades das escolas públicas em dar suporte aos seus estudantes é uma questão central, as condições socioeconômicas que os impedem de alcançar os recursos materiais para acompanhar o processo pedagógico mostram o quão desafiante é para os profissionais da educação efetivar a sua prática.

Apesar dos obstáculos e limitações, os profissionais da educação assumiram um papel de destaque face as condições adversas emergidas com a pandemia. Apesar das ações se realizarem remotamente, houve uma intensa mobilização em termos de partilha de conhecimentos e adoção de variadas estratégias e metodologias para garantir o direito à educação de modo mais acessível para todos. Consideramos que a condição fundamental para o alcance de resultados positivos foi colocar o estudante como centro do processo, endossando continuamente as necessidades, limitações e tempo de cada um. Desconhecemos outros momentos da história em que a escola foi tão impactada nos seus processos de trabalho e nas suas formas de existência e resistência. Entretanto, a escola tem resistido e sobrevivido à solidão do distanciamento social bem como à impessoalidade do ensino remoto.

Caminhando para o desfecho da reflexão, inferimos que o ensino remoto apreendido como necessário para a continuidade das atividades educacionais, como vimos ao longo das linhas antepostas, entrelaçou os papéis do ensinar e do aprender, tendo em vista a necessidade de conhecimento e manejo das novas tecnologias, nem sempre dominadas pelos educadores e quase sempre muito bem apropriadas pelos estudantes, situação que autentica a factibilidade de que a educação é mediatizada pelo mundo (FREIRE, 1994). Com as portas fechadas da escola, a janela virtual que foi aberta à educação também oportunizou aprendizados e vivências, seja no modo remoto, *online* ou *home office*, e as estratégias aqui relatadas cumpriram a missão maior de evitar a interrupção da disseminação e da partilha do conhecimento.

Referências

BEHAR, Patrícia Alejandra. **O ensino remoto emergencial e a educação a distância.** Coronavírus, UFRGS, 06 jul 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N.º 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília. **Diário Oficial da União**: seção I, edição 24-A, 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL.. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP Nº 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. **CadastroÚnico de Programas Sociais**. Ministério da Cidadania. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010.

BRASIL.. Presidência da República. **Lei N.º 9.394 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.551/2011**. Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12551.htm. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública** (online), Rio de Janeiro, vol. 34, n. 3, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3>. Acesso em: 01 junho de 2021.

CFESS. **Subsídios para a Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Educação**. Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação. 2012. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 14 jun. 2021.

DEGENSZAJNA, Raquel Raichelis; PAZ, Rosangela Dias O. da; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Por que precisamos falar de desigualdade? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 141, p. 157-163, maio/ago. 2021.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 02 de jun. de 2021.

FEUERWEKER, L.C.M.; SENA, R.R. Interdisciplinaridade, trabalho multiprofissional e em equipe. Sinônimos? Como se relacionam e o que têm a ver com nossa vida? **Revista Olho Mágico**, Londrina, 1999, 5:18.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993a.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GUZZO, et al. Psicologia na Escola e a Pandemia: Buscando um caminho. In: NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno de Oliveira (org.) **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

IBGE.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

NOGUEIRA, A. M.; PATINI, A. C. Trabalho remoto e desafios dos gestores. **INMR - Innovation & Management Review**, São Paulo, 9(4), 121-152, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79292>. Acesso em: 06 de jun. 2021

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; CARELLI, Rodrigo de Lacerda; GRILLO, Sayonara. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v.11, n. 4, 2020, p. 2609-2634.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Resolução nº 001/2020**. Dispõe sobre regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa, para fins de reorganização e cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do coronavírus (COVID-19). Disponível: <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.